

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPL DE JAHU, ÀS 18:00 HORAS DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2022. Iniciando os trabalhos o secretário interino de Gestão Estratégica Paulo Tebaldi, em cumprimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, visando a transparência da gestão fiscal, tornar pública a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, destacou que a secretaria de Gestão Estratégica foi recém composta e está fazendo um trabalho que antes não existia na Prefeitura, que se trata do Planejamento Plurianual sendo convertido no LOA 2023. Apresentou um fluxo sobre o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual 2023 e seguiu com a explicação que foi criado um questionário online para ouvir as demandas da população, posteriormente elaboraram reuniões com as secretarias explicando como deveria ser feito e a importância do planejamento, as secretarias apresentaram suas demandas, deu-se uma estimativa da receita e despesas já existentes e o grupo de trabalho analisou as demandas que foram aprovadas. Explicou a divisão de área meio e área fim, sendo área fim quem tem contato direto com o público e quem tem contato com outras secretarias é chamado de área meio. Apresentou a equipe, composta por Helton Luiz Rascachi, assessor e Natália Romano Camilo, gerente, os quais estão disponíveis para solucionar eventuais dúvidas. Passou a palavra para o senhor Helton para prosseguir com a apresentação, que destacou que a proposta do planejamento da Lei Orçamentária não estava concluída ainda, que a audiência também visa colher sugestões do público presente, dos nobres vereadores, a fim de debater o andamento da alocação de verbas do município. Apresentou o orçamento de 2023 no valor de R\$ 670.884.000,00 (seiscentos e setenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil reais), explicou quais foram os aspectos considerados na estimativa de receita, análise individual por tipo de receita, comparando arrecadação de 2021 com o que vem sendo arrecadado em 2022, convênios e emendas parlamentares de fontes estaduais e federais; e na fixação das despesas com a projeção da folha de pagamento dos servidores com anuênios, progressões, sexta parte e dissídio anual com base no INPC apurado de 11%, estimativa de dívidas pactuadas, contratos existentes e despesas de custeio e investimentos. Apresentou a estimativa de receita de comparação 2022 e 2023, e as seguintes previsões para 2023 - Recursos próprios R\$ 431.240.423,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais); Transferências e convênios estaduais R\$ 126.221.160,00 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e sessenta reais); Recursos próprios de administração direta R\$ 1.614.000,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil reais); Transferências e convênios federais R\$ 76.158.417,00 (setenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais); Outras fontes R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); Operação de crédito R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Apresentou a estimativa de receita em 2023 por fonte e entidade; Entidade Prefeitura Municipal de Jahu - estimativa 2023 R\$ 669.270.000,00 (seiscentos e sessenta e nove milhões, duzentos e setenta mil reais) dividido em Recursos próprios R\$ 431.240.423,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais), Transferências e Convênios Estaduais R\$ 126.221.160,00 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e sessenta reais), Transferências e Convênios Federais R\$ 76.158.417,00 (setenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais), Outras fontes R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), Operação de crédito R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais); Entidade Agência Reguladora do Município de Jahu - SAEMJA, recursos próprios da administração direta R\$ 1.614.000,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil reais). Apresentou a estimativa de receita por tipo, Receitas correntes no valor total de R\$ 603.882.423 (seiscentos e três milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais), divididas em - Impostos, taxas e contribuições de melhorias R\$ 161.222.000,00 (cento e sessenta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil reais), contribuições R\$ 7.705.000,00 (sete milhões, setecentos e cinco mil reais), receita patrimonial R\$ 14.140.423,00 (quatorze milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais), receita de serviços R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), transferências correntes R\$ 476.103.000,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e três mil reais) outras receitas correntes R\$ 2.832.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil reais), deduções para o FUNDEB -R\$ 58.180.000,00 (cinquenta e oito milhões, cento e oitenta mil reais); Receitas de capital no valor total de R\$ 67.001.577,00 (sessenta e sete milhões, um mil, quinhentos e setenta e sete reais) divididas em operações de crédito R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) e transferências de capital R\$ 32.001.577,00 (trinta e dois milhões, mil reais e quinhentos e setenta e sete reais). Apresentou a despesa fixada por entidade em 2023 no total de R\$ 670.884.000,00 (seiscentos e setenta milhões,

oitocentos e oitenta e quatro mil reais) dividida em Prefeitura Municipal R\$ 659.998.500,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e oito mil e quinhentos reais), Câmara Municipal R\$ 9.271.500,00 (nove milhões, duzentos e setenta e um mil e quinhentos reais), Agência Reguladora SAEMJA R\$ 1.614.000,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil reais). Apresentou as despesas consolidadas por categoria econômica - Despesas correntes R\$ 597.675.534,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais) divididas em pessoal e encargos sociais R\$ 245.183.316,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e dezesseis reais), juros e encargos da dívida R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), outras despesas correntes R\$ 343.892.218,00 (trezentos e quarenta e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, duzentos e dezoito reais); - Despesas de Capital no total de R\$ 79.208.466,00 (setenta e nove milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) divididas em investimentos R\$ 64.608.466,00 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), amortização da dívida R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais), reserva de contingência R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Apresentou as despesas por entidade, Prefeitura Municipal - despesas correntes R\$ 582.060.034,00 (quinhentos e oitenta e dois milhões, sessenta mil e trinta e quatro reais) divididas em pessoal e encargos sociais R\$ 238.218.316,00 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e dezesseis reais), juros e encargos da dívida R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), outras despesas correntes R\$ 341.241.718,00 (trezentos e quarenta um milhões, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e dezoito reais) - despesas de Capital R\$ 77.938.466,00 (setenta e sete milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) divididas em investimento R\$ 63.338.466,00 (sessenta e três milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), amortização da dívida R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais) e reserva de contingência R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); Câmara Municipal - despesas correntes R\$ 8.021.500,00 (oito milhões, vinte e um mil e quinhentos reais) divididas em pessoal e encargos sociais R\$ 6.063.000,00 (seis milhões, sessenta e três mil reais), outras despesas correntes R\$ 1.958.500 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos reais). - Despesas de capital R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) com investimentos; Agência reguladora do município de Jahu SAEMJA - despesas correntes R\$ 1.594.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil reais) divididas em pessoal e encargos sociais R\$ 902.000,00 (novecentos e dois mil reais) e outras despesas correntes R\$ 692.000,00 (seiscentos e noventa e dois mil reais); -Despesas de Capital R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com investimentos. Apresentou as despesas fixadas por órgão executor - Prefeitura Municipal de Jahu R\$ 659.998.500,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) equivalente a 98,4% dividido em: 28,9% Secretaria de Saúde R\$ 194.005.076,00 (cento e noventa e quatro milhões, cinco mil e setenta e seis reais), 27,1% Secretaria de Educação R\$ 181.953.841,00 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais), 8,6% Secretaria de Mobilidade Urbana R\$ 57.601.223,00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e um mil, duzentos e vinte e três reais), 6,8% Secretaria de Economia e Finanças R\$ 45.557.146,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e seis reais), 6,5% Secretaria de Habitação e Planejamento Urbanístico R\$ 43.483.384,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais), 5,3% Secretaria de Governo R\$ 35.597.848,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais), 4,3% Secretaria de Meio Ambiente R\$ 28.883.319,00 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e dezenove reais), 3,2% Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social R\$ 21.480.132,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e trinta e dois reais), 1,5% Secretaria de Cultura e Turismo R\$ 9.751.568,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e oito reais) 1,4% Secretaria de Esportes R\$ 9.489.428,00 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais), 0,9% Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania R\$ 6.156.566,00 (seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais), 0,8% Secretaria de Gestão Estratégica R\$ 5.452.392,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais), fazendo adendo que o valor está elevado porque a reserva de emendas parlamentares dos vereadores que corresponde ao investimento da Saúde está alocado na Gestão Estratégica e dará informações mais a frente da audiência, 0,6% Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Inovação R\$ 3.963.540,00 (três milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta reais), 0,6% Gabinete do Prefeito R\$ 3.876.287,00 (três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais), 0,5%

Secretaria de Proteção de Direito dos Animais R\$ 3.132.660,00 (três milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais), 0,4% Secretaria da Agricultura R\$ 2.562.808,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oito reais), 0,4% Secretaria da Comunicação R\$ 2.534.439,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais), 0,3% Administrações Regionais R\$ 2.313.503,00 (dois milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e três reais), 0,1% Secretaria de Política Pública para as Mulheres R\$ 995.225,00 (novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais), 0,1% Controladoria Interna R\$ 666.486,00 (seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), 0,1% Secretaria de Transparência Pública R\$ 541.629,00 (quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais). - Câmara Municipal R\$ 9.271.500,00 (nove milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos reais) dívida em Corpo Legislativo R\$ 1.443.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil reais) e Secretaria da Câmara R\$ 7.828.500,00 (sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil e quinhentos reais). - Agência Reguladora do Município de Jahu SAEMJA R\$ 1.614.000,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil reais). Apresentou as aplicações constitucionais: Aplicação mínimo de 25% dos impostos no ensino, estimado 27,11%; Aplicação mínimo de 15% dos impostos na saúde, estimado 31,12%; Aplicação de recursos FUNDEB (70%), estimado 87,46%; Despesas com pessoal recomendado inferior ou igual a 54% RCL (apenas pode executivo), estimado 39,46%; Despesas com pessoal da câmara na estimado na ordem de 1,00%. Apresentou as Emendas impositivas - Lei Orgânica 1,2% da Receita Líquida do Município no valor de R\$ 7.246.589,08 (sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos) dividida em 50% saúde R\$ 3.623.294,54 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro reais) e 50% outras áreas R\$ 3.623.294,54 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). Ato contínuo o senhor Helton Luiz Rascachi orientou aos vereadores que se observarem na peça orçamentária as ações específicas das emendas estão vinculadas na saúde e na gestão estratégica e ao alocar o recurso verificarão que existe uma ação específica na saúde e uma ação específica na gestão estratégica. Ato contínuo abriu a palavra para questionamentos. O vereador Mateus Turini deu as boas-vindas e estabeleceu premissas para não cometer equívocos de falta de discussão do debate, parabenizou pelo trabalho mas que é a primeira vez que os vereadores tem contato com esse documento, destacou a casa cheia de servidores e munícipes interessados em entender o orçamento do município, destacou que o orçamento de 2023 está quase R\$ 200.000.00,00 (duzentos milhões de reais) a mais do que o arrecadado em 2022, questionou se está somado algum superávit, alguma sobra de valor arrecadado em 2022 que não foi aplicado em 2022 e está sendo destinado para 2023. Ato contínuo o senhor Helton Luiz Rascachi disse que o valor não chega a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e não está composto por superávit pois todo valor de superávit é calculado apenas em 31/12/2022. Ato contínuo o vereador Mateus Turini questionou o que são os valores de operações de crédito que estão constando para 2023. Ato contínuo o SR. Helton Luiz Rascachi explicou que o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) é composto por R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) que foram aprovado pela casa de leis para investimento nos distritos industriais e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a iluminação pública e pontuou que o incremento de valor estimado de receita entre 2022 e 2023 é de R\$ 114.574.000,00 (cento e quatorze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais). Ato contínuo vereador Mateus Turini questionou se os contratos já estão assinados para a liberação dos créditos. Ato contínuo SR Helton Luiz Rascachi disse que o convênio da iluminação pública sim mas que o recurso ainda não está liberado e para o distrito industrial já está em estágio final para a assinatura. Em seguida o secretário Paulo Tebaldi disse que existe uma diferença quando se fala em superávit, que os convênios só estão esperando o estado fazer o depósito, em relação aos distritos, destacou que nunca foi feito o planejamento dessa maneira, que nunca ninguém perguntou para os secretários o que cada um quer fazer, que a secretaria de gestão foi criada para trabalhar pelo município e destacou áreas meio e áreas fim. Ato contínuo o vereador Mateus Turini agradeceu a compreensão e reiterou que é o primeiro contato com o documento apresentado, e questionou sobre onde serão aplicados os investimentos descritos. Ato contínuo o Sr Helton Luiz Rascachi informou que de forma analítica os vereadores irão receber na peça orçamentária, e informou que o investimento foi composto conforme cada pasta apresentou como necessidade, essas necessidades foram adequadas conforme o orçamento e definir prioridades. O vereador Mateus Turini questionou se a peça orçamentária foi elaborada pelo Gestão Estratégica. Ato contínuo o SR Helton Luiz Rascachi explicou que a peça foi elaborada pela gestão estratégica com base nas necessidades de cada secretaria. O secretário Paulo Tebaldi explicou que a secretaria de Gestão Estratégica é uma área meio pois tem

contato com as outras secretarias mas não pode fazer por, e cada secretaria será responsável pela execução dos seus projetos. Vereador Mateus Turini questionou sobre o dissídio descrito de 11%, se seria o dissídio do ano de 2023. Ato contínuo o SR Helton Rascachi respondeu que sim pelo INPC do momento. Vereador Lampião questionou a porcentagem da folha de pagamento. Vereador Mateus Turini questionou porcentagem da folha de pagamento divergente. Sra. Natalia Camilo explicou o valor que é considerado pelo tribunal de contas. Vereador Lampião questionou que a câmara pode chegar até 6% e está em apenas 1,4%. Ato contínuo o SR Helton disse que os pedidos da câmara foram atingidos em sua totalidade. Vereador Lampião destacou que vão verificar com a câmara qual foi a solicitação para chegar nesse valor. Sr. Helton ressalva que apenas não foi atendida na integralidade a solicitação para construção da nova câmara municipal por falta de projeto. Secretário Paulo Tebaldi destaca que a única ressalva foi o imóvel e o restante foi atendido conforme foi pedido pela câmara municipal. Vereador Mateus Turini questionou sobre o percentual do gasto com pessoal se está incluso os aumentos da lei de piso de profissional enfermagem e de outros profissionais também. SR. Helton respondeu que nesse documento não está o piso da enfermagem pois está suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal e não sabe se ainda terá alguma contrapartida por parte do governo federal mas poderá ser suplementado caso seja decidido pela justiça que é realmente devido. Ato contínuo o vereador Mateus Turini questiona que se haverá indicação de recursos próprios para cumprir essa indicação. Vereador Mateus Turini questionou em qual conta do plano está inserido o valor dos tickets. Natalia Camilo responde que está em outras despesas correntes. Vereador Mateus Turini questiona que o valor está em torno de 51%. Sr. Helton explica que dentro desse índice estão inseridas outras despesas junto. Vereador Mateus Turini destaca que o ticket então ocupa mais ou menos 12 ou 13% desse percentual e da a oportunidade de entrar em atividade fim e atividade meio, que na página 7 está por percentual as secretarias com seus recursos e questiona se cada secretaria já conta com a folha do seu pessoal e suas despesas e seus tickets. Srta. Natalia Camilo responde que sim. Vereador Mateus Turini então destaca que nessa fragmentação da página sete já está tudo separado então, cada um com seus funcionários e cada um com seus tickets, que de ordem decrescente vem saúde, educação e com uma diferença grande vem em seguida mobilidade urbana e questiona se isso já inclui os investimentos de cada secretaria. Secretário Paulo Tebaldi destaca o quanto de impacto em relação a isso percentualmente da folha de pagamento, que a grande maioria está focada em funcionário. Vereador Rodrigo de Paula relata que verifica que depois chega demanda para os vereadores sobre projeto e falta de estrutura financeira para poder executar projetos e que foi colocada de uma maneira bem explicativa meio e fim e tem uma visão maior entendendo que colheram as peças orçamentárias apresentadas pelas secretarias e questionou se todas as secretarias foram atendidas na sua totalidade. Sr. Helton disse que todas as secretarias não foram atendidas em sua totalidade, a ordem de investimento para atendimento de todas as secretarias chega em torno de 98.000.000,00 (noventa e oito milhões), e não possui todo esse recurso disponível. Vereador Rodrigo de Paula questiona sobre o valor da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres com 1%. Sr. Helton relata que a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres foi atendida na sua totalidade. Vereador Rodrigo fala sobre não terem pedido nada pois com os salários chega em torno de 1% e cita também a Secretaria das Administrações Regionais que pega o Distrito de Potunduva, e os outros bairros 2.613.000 e entendendo o papel da Gestão como meio ele questiona o fim que o orçamento das administrações regionais é menos que o da comunicação e da proteção dos direitos dos animais, questiona se na peça orçamentária vão descrever os projetos que cada secretaria apontou para poder entender o que está incluso nos valores. Secretário Paulo Tebaldi reforça que nesse momento está dando um passo muito importante e que talvez isso possa ser trabalhado, e tem a esperança que no próximo ano será feito algo com mais sustância, que a máquina pode melhorar mas esse é o momento que precisa dar uma ruptura. Vereador Mateus Turini diz que esse é o intuito da audiência pública e propõe especificar por secretaria, questiona sobre a secretaria da saúde ser secretaria fim e se conseguiu trazer muitas coisas para Jahu ou se ainda está viajando para algumas especialidades na área da saúde. Vereador José Carlos Borgo questiona se na elaboração da LOA não é interessante ouvir o pessoal e os bairros. Sr Helton responde que foi feito de forma online logo que aprovaram a legislação que criou a secretaria uma das primeiras ações foi disponibilizar online um formulário para a população, por conta do pouco tempo para elaborar esse trabalho, então por isso que talvez para o ano que vem tenha mais tempo e chegue de uma forma mais verticalizada em cada ponta mas que mesmo no curto espaço de tempo foi feita essa coleta e que esse é um segundo momento em que tem para colher as sugestões da população em geral, destacou que vieram 30 sugestões online, dessas 30 sugestões algumas delas foram acolhidas e isso

está em um relatório que pode ser verificado. Vereador José Carlos Borgo diz que gostaria de ter acesso a essa consulta porque acha que é oportuno nesse momento ter pessoas reivindicando coisas pertinentes para o seu bairro, porque se apenas 30 pessoas participaram é muito pouco para a elaboração da LOA. Secretário Paulo Tebaldi destaca que nunca foi feito dessa maneira, que o justo é fazer por bairro e por audiências públicas mas que isso nunca foi feito e que pretende fazer mas que pelo curto espaço de tempo era impossível realizar e pensaram no formato mais usual pela maioria das pessoas ter um celular e fizeram a divulgação que talvez não tenha tido o alcance suficiente mas que mesmo assim vieram em torno de 30 sugestões, que isso vai melhorar. Vereador José Carlos Borgo questiona se há possibilidade de ter acesso a essa pesquisa. Sr. Helton diz que será divulgado no portal da prefeitura até para dar cumprimento ao que o Tribunal de Contas pede. Vereador José Carlos Borgo questiona se ainda não foi publicado. Sr. Helton responde que só será publicado ao partir do momento que for protocolada a peça orçamentária e que ainda tem essa audiência para poder discutir as propostas. Vereador José Carlos Borgo questionou se as emendas que foram feitas no orçamento desse ano, no ano passado foram concretizadas. Sr. Helton responde que elas estão em trâmites e que cada área que foi alocada a emenda é que deverá responder, e pede para que o vereador faça uma indagação direta mas diz que todas estão em andamento. Vereador Rodrigo de Paula diz que sabe que vai constar na peça orçamentária mas questiona sobre os orçamentos principalmente da mobilidade urbana e de habitação se é possível pontuar se dentro desse orçamento previsto houve algum planejamento identificado de obras de prevenção a enchentes. Sr. Helton responde que foi alocado um valor de obras que, dentro da peça da LOA, todas as contrapartidas de obras e de investimentos de melhoria na cidade já estão previstas e a parte que é subsidiada pelo município será encaminhada aos vereadores por ocasião do superávit apurado em 31/12/2022, já está previsto a grande maioria das obras dentro do orçamento, então já foi deixado um valor destinado a essa solicitação mas não existe nenhum projeto que tenha conhecimento para utilização do recurso. Vereador Luiz Andretto questiona se na página 5 a reserva de contingência seria para desastres naturais. Sr. Helton responde que também, pode servir para passivos contingentes financeiros. Sr. Luiz Andretto questiona que foi falado na página 7 tem as despesas fixadas de cada secretaria e dentro dos valores apresentados tem os valores de investimento e valor com pessoal e se o valor de investimento cada secretaria corresponde com o valor de investimento citado na página 5 como despesas de capital. Sr. Helton responde que não, o valor que vão encontrar de forma discriminada por secretaria é o global que cada secretaria tem e o investimento é só o recurso novo que está sendo investido, descreve que os 64.000.000,00 é o que está investindo em algo novo e diz que não vai bater a somatória com o que está no final pois em outras despesas correntes vai constar a manutenção, os serviços, contratos e vai ter que somar também o encargo com o pessoal, portanto os índices da página 7 são uma somatória de todas as despesas já fracionadas no percentual que corresponde cada pasta. Vereador Mateus Turini questiona que na página 9 temos 7.246.589,00 dividido entre 17 vereadores e que aproximadamente vai dar 426.000 por vereador para fazer a destinação de sua emenda, questiona se no caso da saúde já está computada esse percentual porque 50% desse valor vai ter que ir para saúde e vão tirar de um lugar para destinar em outro lugar a emenda da qual carece, por exemplo a secretaria de animais que está praticamente com o mesmo orçamento desse ano para o ano de 2023, vão fazer esse remanejo, e no caso já que a saúde está com o percentual a mais já está computando as emendas parlamentares. Sr. Helton diz que é esse adendo que havia solicitado a atenção, deixaram esse percentual de 50% da saúde já alocado dentro da própria saúde com uma ação específica, vão tirar da saúde e colocar na saúde novamente com a ação prevista, já nas outras secretarias vai tirar da ação prevista na gestão estratégica por isso que encontra um valor um pouco elevado na gestão estratégica, mas a ordem 3.623.0000 vai sumir da gestão estratégica e ser colocado nas pastas que os vereadores indicarem para haver uma melhor visualização das ações. Sr. Rodrigo de Paula questiona sobre as emendas impositivas dos vereadores se há a possibilidade de contemplar entidades da cidade que estão inscritas no conselho da saúde uma vez que programa de atendimento da saúde que abre convênios e abre chamamento sairia também do recurso da saúde municipal fonte 1 e as emendas impositivas são de fonte 1, por exemplo um asilo que tem um programa de gestão para atendimento de pessoa em residência, essas emendas poderão contemplar esse tipo de projeto. Sr. Helton responde que podem fazer a uma entidade. Vereador Rodrigo de Paula questiona se a apuração para o chamamento público melhor falar com a secretária da pasta e trabalhar assim. Secretário Paulo Tebaldi aproveitou para sugerir, e já sugeriu aos secretários, a questão de no começo do ano que venham um a um apresentar uma plenária de como é o seu planejamento estratégico, verificou como necessidade da pasta apresentar o que está

fazendo e os vereadores apresentarem as suas intenções para completar o processo, concluiu falando que espera que tenha sancionado as dúvidas e que esse é um processo de metodologia, de vivência, de aprendizado e agradeceu pelo apoio e por acreditarem na secretaria se colocando à disposição para esclarecimentos futuros e abrindo para dúvidas dos presentes. Sra. Cristiane Banhol relata que nas porcentagens pode se equivocar e que deseja o papel em mãos depois, questiona se no percentual de 11% do reajuste anual dos servidores e fez um cálculo que no valor que viu que esse ano foi de 179.000.000,00 vai para 243.000.000,00 o aumento é de 37% considerando quanto a defasagem do reajuste dos servidores pensa que não está contemplado dentro desses 11%, questiona se nesse percentual de 39% já está considerando o reajuste de 11%, disse que devia olhar com mais atenção para a isso, e que o impacto da folha é isso mesmo, porque quem faz tudo funcionar é o servidor, que precisa de estrutura, precisa de recurso, precisa de equipamento mas quem faz tudo isso funcionar é o servidor, finaliza a primeira questão perguntando se esses 11% estão inclusos nos 39%; continua dizendo que foi falado várias vezes na peça orçamentária e que sussurraram lá embaixo que tem tempo e que gostariam que isso fosse detalhado como se tem previsão de creche para o Frei Galvão, quando vai sanar o déficit de posto de saúde, que viu rapidamente o questionário no site da prefeitura pois não teve tempo de responder no momento pois trabalha 60 horas na semana, mas queria saber se daqui até a aprovação da peça orçamentária que estão dizendo que não precisa discutir na data de hoje e que inclusive ela nem estava na ocasião, tem alguma previsão de outra audiência pública ou qual é o prazo da aprovação disso ou se vai para a aprovação sem saber nenhum detalhe, seguiu com mais uma pergunta, as secretarias passaram para vocês as necessidades delas, viu que o corte dentro das necessidades das secretarias foi de 1/3, se tem conhecimento de como as secretarias elaboram esse rol de necessidades, pois a secretaria de Gestão Estratégica está em vigor a 3 meses mas as outras estão a mais tempo, se a secretaria de Gestão tem conhecimento se houve algum tipo de consulta como por exemplo na secretaria de educação a consulta de quem faz a educação acontecer, de quem é atendido pela educação, ou nas outras secretarias também ser usada essa metodologia, relatou que talvez tivesse outras perguntas mas que sem o papel em mãos está meio confuso. Sr Helton responde que sim, os 11% estão dentro dos 39%, respondendo a segunda pergunta haverá uma audiência pública dentro do processo do legislativo, haverá novamente uma audiência para discussão da peça orçamentaria, e a terceira pergunta disse que não tem uma visão de um técnico da enfermagem, que não pode planejar para saúde, ou para um obra de infraestrutura, então foi demandado para que os gestores pudessem fazer isso com o seu grupo técnico, então como eles trabalharam lá dentro não tem essa informação, o que tem é que tentaram dar as informações técnicas das peças orçamentárias mas como isso foi trabalhado internamente por cada gestor é específico de cada seguimento e seria ingerência entrar nesse aspecto, não poderia dizer onde ou o que fazer dentro de cada secretaria. Sra Cristiane Banhol questionou em relação ao prazo, se os vereadores podem falar o que tem de previsão. Sr. Helton respondeu que com a audiência pública de hoje, havendo as sugestões nós redigiremos isso em uma ata e vão estudar se é possível fazer alguma alteração ou não e será protocolada a peça pública amanhã para a câmara municipal de Jahu que é o limite máximo legal que tem, daí para frente é o trâmite natural que corre dentro do processo legislativo, vai passar pelas comissões temáticas de cada vereador e vai ter uma audiência pública na câmara do poder legislativo e vem a votação da peça orçamentária. Sra Cristiane Banhol diz que pensa que estão em momento de fazer perguntas mas se dessa minuta de hoje vai sair sugestão então já vai deixar, disse que ficaram em um debate entre a secretaria de gestão e o vereador Mateus de quanto aumentava na previsão orçamentária em questão de valores se era 200.000 ou 114.000 mas em percentual calculou que é um pouco mais de 22%, ainda considerando que não está a sobra do superávit que tem indícios que vai existir, deixa a primeira sugestão que isso seja considerado no investimento que considera que é o mais importante na prestação do serviço público, não só porque é servidora, que nesse momento não é porque está incompatibilizada, mas não só por isso mas porque para fazer o serviço público acontecer precisa de pessoal e também para garantir a previsão do reajuste do pessoal da enfermagem e explicou porque primeiro que a lei está aprovada e que precisa mostrar que tem dinheiro para fazer, foi isso que o STF está pedindo, então prever no orçamento é fazer isso e outra coisa importante é que ele é piso e não teto, foi falado que não vai fazer o que está fora da lei mas não é fora da lei porque é piso e não é teto, então prever um pagamento digno para o pessoal da enfermagem tendo como fundamento o piso que ainda que consigam barrar em Brasília e espera e vai lutar para que não, se a nossa prefeitura está com superávit e percentual de 22% de aumento não tem cabimento deixar os profissionais da enfermagem que tiveram na linha de frente do combate do covid 19 e que tem um salário, que não

está aumentando para 15.000 e sim o da enfermeira para 4.700 e do auxiliar para 2.300 e se a gente pensar que hoje a prefeitura calculando no portal da transparência gasta com cargos de indicações políticas cerca de 1.200.000 por mês é mais do que o previsto de algumas secretarias para o ano todo então deixa como sugestão rever o gasto com cargos de indicações políticas porque tem um gasto muito alto e deixa também de sugestão garantir o pagamento do pessoal da enfermagem, garantir por não ser teto e sim piso portanto não tem descumprimento de lei com isso, garantir a recuperação possível da defasagem dos salários dos servidores como foi feito com o salário dos secretários no ano passado e pode garantir 54% e se o aumento está na ordem de 22% da previsão orçamentária não faz sentido que seja previsto 11% porque foi calculado INPC mas está com defasagem de anos, então seria justo se não tivesse com defasagem e mais uma sugestão da questão do plano de carreira dos professores, que também seja previsto no orçamento e acredita que nesses 39% também esteja previsto o plano de carreira que foi aprovado pela câmara agora mas quer deixar registrado aqui que está errado e que alterou e não reajustou as tabelas sem passar pela aprovação da categoria, solicita também que passe a previsão nesse estudo e também que seja indicado para que as secretarias, relembra a fala do Sr. Helton que não tem a expertise de um técnico de enfermagem e diz que acredita que nem a secretária tenha, diz que desconhece a formação dela mas mesmo que seja enfermeira ou médica, diz sobre a secretária da educação que é uma professora, diretora de escola por quem tem grande admiração pessoal mas que ela não sabe o que acontece no chão da escola, então solicita essa indicação que o gasto seja feito consultando quem tem a expertise que não é quem está no gabinete. Sr. Helton questionou se havia mais alguma sugestão ou questionamento. Vereador Rodrigo disse que gostaria de fazer mais uma pergunta ao final. Ato contínuo, Sra. Bruna de Castro Sales Pereira relatou ser enfermeira, que estava representando uma classe e que todo mundo que estava com ela era da enfermagem, disse que como a Sra. Cristiane pontuou não existe ilegalidade de pagar o piso da enfermagem porque outros municípios já estão pagando e a lei não foi revogada, foi suspensa até mesmo para mostrar da onde vai surgir, e a lei orçamentária está ativa e que a prefeitura tem os subsídios para pagar o piso e lembra que na época da pandemia todos foram vacinados por eles e parece que agora todo mundo esquece, que eram heróis e agora onde está a valorização desses heróis, que querem só um pouco de dignidade para dar o melhor para os filhos, para poder ter qualidade de vida, continua dizendo que não está falando apenas por ela e sim por uma classe, que estão todos pelo mesmo objetivo e gostariam que o piso da enfermagem estivesse na lei orçamentária porque é direito e que a prefeitura pode fazer isso porque dinheiro em caixa tem como foi falado, precisa da boa vontade e valorização que é vista em redes sociais, textos, em banner mas quer realmente o pagamento mínimo que seria o piso, então seria como sugestão a revisão dessa questão e colocar o piso, porque não é ilegal, porque a lei não foi revogada e sim suspensa, a respeito da pesquisa também gostaria de ter respondido pois antes de ser servidora também é munícipe e muitos servidores também são munícipes, disse que acesso a secretaria os componentes da mesa tem como facilidade e não sabe se seria possível, porque para uma cidade apesar do curto período apenas 34 respostas, e foi dito que foi divulgado online relata que mesmo vivendo com o celular na mão não ficou sabendo de pesquisa, como o Vereador Borgo falou, diz que seria bem interessante uma outra abordagem para poder atingir a população e que gostaria de ter respondido a pesquisa com muito empenho por uma classe, que sustentou a saúde da cidade, que todo mundo está vacinado e a hora de demonstrar a valorização da enfermagem é agora, finalizou agradecendo. Ato contínuo, Sr. Alex diz que é técnico de enfermagem e disse que finalizando o que a Sra. Bruna falou diz que é possível pagar o piso da enfermagem, que acreditam que é, porque tem até 15% mais ou menos do teto de gasto com funcionária e pergunta que cada pasta teve uma reivindicação, questiona se a pasta da saúde podia ter tido como reivindicação o piso da enfermagem e se sim, depois teriam acesso as reivindicações. Sr. Alex explica que cada pasta teve uma reivindicação como foi dito, que tiveram o orçamento de 64.000.000 e que umas foram atendidas e outras não, e se o piso da enfermagem poderia ter sido uma reivindicação que a saúde pediu ou não. Ato contínuo Sr. Helton responde que na verdade a questão dos reajustes dos servidores compõe dentro de uma estrutura administrativa nos recursos humanos, todos os impactos orçamentários referentes a pagamento e tudo mais é em cima dessa questão, questiona se a pergunta é se a Secretaria da Saúde colocou essa questão no planejamento. Sr. Alex responde que sim. Sr. Alex agradece. Sra. Bruna questiona como ficam sabendo se foi colocado no orçamento. Sr. Helton relata que vai ser lavrada a ata digital que, que a câmara vai fazer, e que vai ser composta dentro da peça orçamentária, do procedimento e encaminhada, o que for acolhido ou não estará dentro da própria peça orçamentária. Sra. Bruna diz que acredita que a valorização começa com a própria secretária, então seria interessante, e que sabe

que antes de serem profissionais da saúde são servidores e pelo menos essa indicação, essa solicitação, mesmo que previsto em outro recurso, em outra pasta em outro indicador, que seria interessante saber o que foi colocado nessa pasta, cita que o vereador Mateus tentou descrever para eles, gostariam de saber, tem tempo e vieram para isso mas que infelizmente não foi possível, e que tem bastante interesse em saber o que foi colocado na pasta da saúde, finalizou agradecendo. Sr. Helton diz sobre a questão da consulta pública e volta a dizer que foi um instrumento que alcançaram naquele momento de viabilidade, também acham que não é o ideal e que pretendem para o exercício de 2023 com olhar 2024 fazer isso de forma mais ampla chegando de forma mais verticalizada as pontas, as necessidades da cidade, não sabem a estratégia que vão adotar, se vai ser por bairro, região ou perímetro, não sendo uma justificativa mas um esclarecimento, que também não estão satisfeitos nesse formato que foi apresentado. Ato contínuo, Sra. Cristiane Banhol diz que gostaria de deixar mais duas sugestões que vai lembrando, em relação ao plano de carreira dos servidores, que já pontuou e gostaria que constasse na minuta, dos servidores não, o plano de carreira dos profissionais do magistério que precisa ser revisto a forma como foi aprovada e em relação a ele tem um abaixo assinado protocolado na prefeitura com quase 500 assinaturas, 490 assinaturas, já é bem a mais do que as 34 sugestões que chegaram e pedem embasado em algumas legislações vigente e pede para que seja estudado também e que conste a revisão do plano de carreira dos demais profissionais da educação que estão com o salário bem defasado e outra coisa sobre a questão de infra estrutura, estrutura, creche, posto de saúde para os bairro de cima, Frei Galvão, Cidade Alta, nesse momento é o que pensa que tem de maior defasagem, não são os únicos, tem defasagem em outros lugares mas lá cresceu muito nos últimos anos e tem uma defasagem de estrutura lá. Sr. Helton diz que está previsto para o início das obras e conclusão para 2024 a unidade básica de saúde e EMEF no Cidade Alta, já está previsto no orçamento do ano de 2023 o início dessas obras que provavelmente não se encerre em 2023 mas se conclui em 2024, já está previsto o início dessas obras, tanto da UBS quanto da EMEF para o cidade alta. Sra. Cristiane Banhol questiona sobre ser EMEF e não creche. SR. Helton diz que por enquanto o que tem agora é EMEF, fazendo um adendo que tem o descritivo de EMEF e não sabe se na execução dessa obra vai englobar creche e tudo mais, então pode ser um complexo todo. Vereador Mateus Turini diz que quer deixar uma sugestão estratégica para poder potencializar e dar maior eficiência para as emendas parlamentares, sugestões da população e para efetividade do poder público, tem a ausência de saber onde estão as emendas desse ano, porque saber se foi aplicada esse ano garante pensar melhor onde aplicar as do ano que vem, então se possível for a secretaria estratégica conseguir fazer essa listagem com determinada previsão, sabe que tem que fazer uma varredura com todas as secretarias, que nem todo secretário joga junto, nem todo secretário contribui mas isso vai dar eficiência para as emendas dos vereadores e para o trabalho do poder executivo na execução dos investimentos previstos. Sr. Helton diz que foi uma ótima colocação e que o que conversaram bastante é fazer com que as emendas sejam úteis as necessidades dos municípios, se coloca a disposição dos vereadores para auxiliar no que for possível e claro que cada gestor vai poder narrar onde há necessidades mas na instrumentalização e na forma de apresentar se coloca a disposição nesse sentido para contribuir. Secretário Paulo Tebaldi diz que com certeza o ano que vem até esse ano, fará uma apresentação por secretaria e sabendo o que ele fez no planejamento estratégico e aí que os vereadores vão colocar emendas em questões, que só queria tirar algumas dúvidas dos vereadores, que quando fala em necessidade está falando de planejamento estratégico e dentro do planejamento estratégico nem tudo cabe, tem coisas que não é possível, então até acredita que teve boa vontade e boa intenção, e ninguém está negando como está parecendo em dar detalhamentos, é que tem coisas que não possuem a profundidade do processo e não faz parte da prática, que tem que mudar a metodologia, se desculpa e diz que é técnico e que ninguém está negando as informações, mas isso nunca foi feito dessa forma e tinha que tirar e falar da secretaria "A", que tanto quanto todos ele queria estar envolvido nisso, que não está se defendendo, que só está dando a oportunidade em relação a isso para que todos percebam o que estão fazendo aqui e muito iniciativa de todos, do prefeito, dos secretários e que é esse momento, é óbvio que não vão conseguir chegar no modelo ideal mas já é um começo em relação a isso e aproveita e se desculpa com a colega que teve a fala e diz que não apenas eles precisam de um plano de cargos e salários e diz que a prefeitura precisa, diz que é isso que quer trazer, um plano de cargos e salários para a prefeitura e diz que é isso que estão validando, que não consta aqui, que é um processo que está sendo evoluído, que um pouco mais complexo em relação a isso, a boa intenção agradece, que foi anotado, diz para ficarem tranquilos, que estão tomando providencias, que está sendo falado mas em relação a isso é esse conceito que estão semeando na noite de hoje, não é da

maneira e da velocidade que queria, ninguém está negando ficar a noite toda, três dias ou três noites, mas tem coisas e situações que estão colocadas no detalhe do detalhe e não sabem esclarecer, deveria ser o secretário da pasta dentro disso, mas foi dada essa oportunidade para que fizessem um planejamento, não é necessidade, é planejar o futuro, tem situações do planejamento que são, não quer explicar dentro do detalhe mas que é tático, operacional e estratégico, estão dando uma situação estratégica, o tático é o que vai fazer e o operacional é o dia a dia, a necessidade para ficar vivo dentro do processo, então é esse lado que estão tentando mergulhar em relação a conhecer, é um fato de como os vereadores tem a emenda e não estão se vendo, então é uma coisa que sente como necessidade e que tem vereadores cobrando se as emendas foram feitas, então nesse momento estão criando esse conceito de ferramenta onde poderão ser os cobradores dentro desse indicador e quando fala da lei, que em um outro momento pode explicar o que pode e o que não pode, entram as aprovações de conta, tribunal, tem um índice, o legislativo pedindo isso de fato, então precisa começar entender um pouco para começar a discutir mas que não é isso o que vieram fazer aqui, voltando ao questionamento disse que é esse o primeiro trabalho, fazer a secretaria apresentar o que está fazendo e planejando para que os vereadores pensem uma emenda para complementar e fazer seu conceito de evolução e tinha coisa que não estava batendo e esse está sendo o problema de não estar mostrando para os vereadores, pois eles pensam e a secretaria não está fazendo da forma como os vereadores pensaram, mas vale o esclarecimento que foi criado um processo administrativo também por isso para ser respondido. Vereador Mateus Turini diz ao secretário Paulo Tebaldi que começou a fala dele parabenizando pelo trabalho e pedindo a paciência por ser a primeira vez que está tomando conhecimento disso e precisa se acostumar, pede para que o secretário altere seu mindset, por que na câmara, talvez seja o motivo pelo qual o secretário nunca se candidatou e nem irá se candidatar, é porque na câmara é desse jeito, colocam, discute, explica e vai para a sala de aula, explica uma, duas, três, recoloca e vai mastigando até que fique claro e objetivo, diz que é óbvio que a secretaria tem várias demandas e que tem muito secretário ruim em outras secretarias para pode alinhar isso, a sugestão de fazer um check list para otimizar as emendas é só um pedido e se der para fazer é bom, se não der, cada vereador vai atrás da sua emenda, a idéia era para ser mais integrador e se não der não tem problema, vão caminhando para isso, ressalta que é a primeira vez na história da câmara que tem uma lei de emendas parlamentares, então estão fazendo histórias juntos, a secretaria estratégica com a câmara para que o munícipe sinta esse avanço. Vereador Jose Carlos Borgo pede licença para tirar uma dúvida, questiona o Sr. Helton se amanhã se manhã a LOA já vem para a câmara. SR. Helton responde que o protocolo é no dia 30/09/2022 por questões legais, é lei. Vereador Jose Carlos Borgo questiona se o projeto não vem já definido amanhã. Sr. Helton responde que sim. Vereador José Carlos Borgo diz que se no dia seguinte o projeto já vem definido não vai mudar nada. Sr. Helton responde que tem o dia seguinte para trabalhar, pois até as 17 horas pode ser feito o protocolo. Vereador Jose Carlos Borgo questiona se vai mudar até amanhã as 17 horas, relata que o vereador tem doze e ele tem cinco. Vereador Luiz Andretto questiona ,complementando o que o vereador Mateus Turini falou, se a secretaria de Gestão Estratégica vai ficar responsável por realizar essa reunião para que as secretarias passem o planejamento para os vereadores, se pode cobrar da gestão estratégica isso. Secretario Paulo Tebaldi responde que pode cobrar e que isso faz parte do trabalho dentro do objetivo que apresentaram para as secretarias é aproximar o legislativo das secretarias, que a secretaria de gestão estratégica é a responsável por estar promovendo isso, diz que não precisa ser feito em audiência, pode ser uma reunião com vereadores e cada secretário nas suas respectivas secretarias e os vereadores estarem lá para que apresentem o seu planejamento estratégico. Vereador Luiz Andretto diz que não ocorrendo essa reunião há a possibilidade, foi passado o que seria importante para cada secretaria dentro do orçamento e alguns pontos foram rejeitados, e eles analisarem onde podem investir o dinheiro que é responsabilizado para eles, solicita as solicitações dos secretários que não foram aceitas para que possam direcionar as emendas com relação a isso. Sr Helton pede permissão para fazer um adendo, diz que após aprovada a peça orçamentária, isso faz parte da obrigação da gestão estratégica que está estabelecida a partir da lei que os vereadores aprovaram, faz parte das atribuições comunicar aos demais pastas o exercício financeiro que eles tem que cumprir, isso dá a possibilidade de explanar a cada um a ação que devem tomar, agora é um movimento ainda que precisam esperar a aprovação da câmara, então nesse movimento que precisam de imediato, da necessidade saber onde investir a emenda, não necessariamente precisa esperar, os vereadores podem procurar os gestores e eles indicarem porque ainda que seja algo que esteja previsto ele pode fazer com que o recurso, ainda que seja um recurso que esteja dentro da ficha contábil dele ser utilizado em outra ação e utilizar o dos

vereadores, então se for esperar esse movimento talvez tenha um atraso e não consiga dar uma efetividade na proposta dos vereadores, então deixa os vereadores livres para buscar, se dispões a ajudá-los mas deixa livre e até indica que busquem os secretários e as necessidades, diz que sabe de toda dificuldade inerente mas se coloca disposição para fazer essa interlocução. Vereador Rodrigo de Paula pede licença para finalizar as perguntas fez uma análise sobre o documento orçamentário e não conseguiu entender e que talvez tenha essas respostas, cita que passamos por dois anos de pandemia, sem concurso público, e que agora estão em um período que foram retomadas essas atividades administrativas, tem uma defasagem grande no quadro de funcionários e que a vacância vem acontecendo talvez não na velocidade que necessitava acontecer e questiona se já está previsto os concursos públicos que vão ocorrer, as contratações e os custos que virão com isso dentro dos orçamentos das pastas, ou os secretários não se atentaram a isso, onde por exemplo a pasta da saúde que deve ser reposto o quadro de funcionários, ou isso não foi previsto e espera-se que seja feito com superávit ou sobra desse ano e para finalizar comenta sobre a creche do jardim altos da cidade que trabalharam bastante e trouxeram mais de 1.000.000 para a prefeitura e que ela deve ocorrer e que irão acompanhar, finalizando pedindo a resposta da pergunta. Sr. Helton responde que concursos que estão em andamento já foram previstos, que nos percentuais já está incluso os concursos que estão acontecendo, ações futuras e as necessidades, ressalta que o vereador Rodrigo tem total razão, que há uma necessidade de compor os colaboradores de inúmeras pastas mas estes que serão executados e demandados só poderão ser feitos através de suplementação no exercício seguinte. O secretário Paulo Tebaldi agradece e promete que na próxima vez a expectativa será bem superada, sem mais questionamentos deu por encerrada a presente Audiência Pública. Determinado a mim, Natalia Romano Camilo, gerente, sob a supervisão de do secretário Paulo Tebaldi, a elaboração da ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra as Audiência Pública.